Revista Comunicação Universitária

A CRISE NA UNIVERSIDADE: ANÁLISE DOCUMENTAL DE *RANKINGS* E INDICADORES SOBRE QUALIDADE, FORMAÇÃO DISCENTE E GOVERNANÇA

THE UNIVERSITY CRISIS: A DOCUMENTARY ANALYSIS OF RANKINGS AND INDICATORS OF QUALITY, STUDENT EDUCATION AND GOVERNANCE

José Ricardo da Silva Alencar*
Universidade do Estado do Pará

RESUMO

Este artigo analisa fatores multicausais associados à erosão qualitativa e aos desafios de governança no ensino superior brasileiro, com ênfase na relação entre produtividade acadêmica, formação discente e coordenação institucional. Metodologicamente, trata-se de pesquisa documental e bibliográfica, de abordagem qualitativa com apoio quantitativo, baseada em rankings universitários internacionais, relatórios da Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), dados do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) e literatura especializada sobre universidade, capital cultural e governança pública. Os resultados indicam que o sistema brasileiro preserva protagonismo regional, mas enfrenta dificuldades persistentes para converter produtividade em reconhecimento internacional de maior densidade. Além disso, fragilidades formativas de base e limites de governança restringem a capacidade institucional de sustentar trajetórias acadêmicas mais consistentes e estratégias de longo prazo. Conclui-se que a melhoria da qualidade universitária depende de uma abordagem articulada, capaz de integrar formação discente, pluralismo acadêmico, planejamento estratégico e uso consistente de evidências na gestão.

Palavras-chave: Ensino superior brasileiro. Governança universitária. Qualidade acadêmica. Formação discente. Rankings universitários.

ABSTRACT

This article analyses multicausal factors associated with qualitative erosion and governance challenges in Brazilian higher education, with emphasis on the relationship among academic productivity, student formation and institutional coordination. Methodologically, it is a documentary and bibliographical study with a qualitative approach supported by quantitative evidence, based on international university rankings, Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) reports, Functional Literacy Indicator (Inaf) data, and specialised literature on the university, cultural capital and public governance. The results indicate that the Brazilian system retains regional prominence but faces persistent difficulties in converting productivity into denser international recognition. In addition, weaknesses in prior educational formation and governance constraints limit the institutional capacity to sustain more consistent academic trajectories and long-term strategies. The study concludes that improving university quality depends on an articulated approach capable of integrating student formation, academic pluralism, strategic planning and consistent use of evidence in institutional management.

* Doutor em Educação para a Ciência pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professor adjunto da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém, Pará, Brasil. E-mail: jose.alencar@uepa.br.
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1233-6460. Lattes: http://lattes.cnpq.br/8019220212560244.

Keywords: Brazilian higher education. University governance. Academic quality. Student formation. University rankings.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o ensino superior brasileiro passou por expansão, diversificação institucional e crescente pressão por desempenho, internacionalização e responsividade social. Nesse processo, a universidade deixou de ser aferida apenas por sua função formativa e passou a ser julgada também por métricas de produtividade, impacto, visibilidade e eficiência. Tal deslocamento alterou os próprios critérios de legitimação institucional e intensificou tensões entre formação intelectual, gestão universitária e desempenho comparado no cenário internacional, uma vez que a universidade passa a ser crescentemente julgada por parâmetros de excelência, visibilidade e desempenho, mais do que por uma missão cultural substantiva (Readings, 1997).

Entretanto, a ampliação quantitativa do sistema não produziu, de modo automático, fortalecimento qualitativo homogêneo. No caso brasileiro, o debate sobre ensino superior tem revelado um descompasso entre expansão, qualidade formativa, governança institucional e capacidade de conversão da produção acadêmica em reconhecimento científico e social. Em vez de uma trajetória linear de consolidação, observa-se um quadro marcado por assimetrias estruturais, entraves administrativos e disputas em torno do propósito da universidade contemporânea (Sguissardi, 2015; Schwartzman, 2022).

Além disso, o desempenho universitário não decorre apenas de variáveis internas de administração. Ele também se relaciona ao perfil de formação dos ingressantes, às condições de produção intelectual, ao ambiente acadêmico e aos mecanismos de reconhecimento do capital científico. Dados recentes sobre alfabetismo funcional no Brasil reforçam que fragilidades de base permanecem como problema estrutural, com efeitos potenciais sobre permanência, aprendizagem complexa e exigência acadêmica no nível superior (Inaf, 2024). Paralelamente, a literatura internacional tem apontado que mudanças no ambiente universitário, inclusive no modo como o dissenso e a vulnerabilidade subjetiva são percebidos, podem afetar a disposição ao debate, à controvérsia e à resiliência intelectual (Lukianoff; Haidt, 2018).

Apesar da relevância dessas dimensões, parte da literatura ainda as examina de forma fragmentada: alguns estudos privilegiam financiamento e políticas públicas; outros se concentram em rankings e internacionalização; outros, ainda, enfatizam cultura universitária, ambiente acadêmico ou formação discente. Falta, porém, maior articulação entre esses planos

para explicar por que a expansão do sistema e o aumento relativo da produção não se convertem, necessariamente, em maior impacto científico, melhor posicionamento internacional ou fortalecimento institucional consistente.

É nessa lacuna que se insere o presente artigo. Pergunta-se: em que medida a erosão qualitativa e a perda relativa de competitividade das universidades brasileiras podem ser interpretadas à luz da articulação entre fragilidades formativas, transformações no ambiente acadêmico e entraves de governança institucional? Parte-se da hipótese de que a crise contemporânea do ensino superior brasileiro resulta menos de um fator isolado do que da convergência entre três processos: o descompasso entre produtividade quantitativa e impacto qualitativo; a persistência de déficits formativos de base; e padrões de gestão que dificultam continuidade estratégica, priorização institucional e consolidação de ambientes academicamente exigentes.

Com base nesse problema, o objetivo deste artigo é analisar os fatores multicausais associados à erosão qualitativa e aos desafios de governança no ensino superior brasileiro no período de 2013 a 2025, articulando referenciais da sociologia da educação, da teoria da universidade e da análise organizacional com dados documentais e indicadores secundários. Para tanto, o estudo mobiliza uma abordagem qualitativa com apoio quantitativo, amparada em rankings internacionais, relatórios educacionais e indicadores de alfabetismo, de modo a examinar tanto as variações de desempenho institucional, quanto as condições estruturais e simbólicas que ajudam a explicá-las.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Universidade, qualidade e performatividade

A discussão teórica mobilizada neste estudo parte da compreensão de que a universidade contemporânea não pode mais ser analisada apenas como instituição de transmissão cultural ou de formação intelectual em sentido clássico. Em Readings (1997), a universidade passa a operar sob a lógica da “excelência”, entendida não como valor substantivo, mas como princípio administrativo capaz de organizar comparações, justificar desempenho e legitimar a gestão institucional. Nessa chave, a expansão, a modernização e a internacionalização não significam, por si sós, fortalecimento da missão universitária, pois podem coexistir com o esvaziamento de

finalidades formativas mais densas e com a submissão crescente da vida acadêmica a critérios de visibilidade, competitividade e performance.

2.2 Capital cultural, *habitus* e formação discente

Em diálogo com essa perspectiva, a sociologia de Bourdieu oferece instrumentos relevantes para interpretar a relação entre desigualdades educacionais, capital cultural e sucesso acadêmico. O conceito de *habitus* permite compreender que a permanência universitária e a apropriação de linguagens científicas não dependem apenas de acesso formal, mas também de disposições socialmente construídas e de familiaridade prévia com códigos legitimados no campo acadêmico (Bourdieu, 2007; Bourdieu, 1989). Assim, a universidade tende a operar, simultaneamente, como espaço de formação e de reconversão de desigualdades.

2.3 Governança universitária

No plano da governança, o estudo parte da noção de que liderança, estratégia e controle são dimensões estruturantes da ação institucional. O Referencial Básico de Governança Organizacional do Tribunal de Contas da União destaca que a governança pública envolve avaliar, direcionar e monitorar a gestão, aumentando as chances de entrega de valor público e de alinhamento entre missão, recursos e resultados (Brasil, 2020). Em contextos de elevada complexidade institucional, como o das universidades públicas, a fragilidade desses mecanismos compromete tanto a racionalidade decisória quanto a sustentabilidade de prioridades acadêmicas de longo prazo.

Por fim, o artigo assume que a qualidade universitária precisa ser analisada em chave multicausal. Ela depende da interação entre padrões de formação de entrada, culturas acadêmicas, infraestrutura, planejamento, financiamento, internacionalização e capacidade de coordenação institucional. Desse modo, produtividade, formação discente e governança não são dimensões concorrentes, mas componentes interdependentes de uma mesma problemática.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como pesquisa documental e bibliográfica, de abordagem qualitativa com apoio quantitativo, voltada à análise dos fatores associados à erosão qualitativa

https://doi.org/10.69675/RCU.2763-7646.11681 ISSN 2763-7646

e aos desafios de governança no ensino superior brasileiro no período de 2013 a 2025. A pesquisa documental justifica-se pelo uso sistemático de rankings universitários internacionais, relatórios institucionais e indicadores educacionais; a pesquisa bibliográfica, por sua vez, sustenta a interpretação teórica dos dados à luz da sociologia da educação, da teoria da universidade e da análise organizacional (Gil, 2008; Cellard, 2008).

O corpus documental foi constituído por cinco conjuntos principais de fontes. O primeiro reúne os rankings universitários internacionais, com ênfase no QS World University Rankings, no Times Higher Education World University Rankings e no Center for World University Rankings (CWUR). O segundo compreende os relatórios da Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), especialmente a série Education at a Glance. O terceiro abrange os relatórios do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf). O quarto conjunto é formado por literatura acadêmica sobre universidade, capital cultural, governança e ambiente universitário. O quinto inclui obras de caráter analítico e sociológico mobilizadas para interpretar o problema investigado (CWUR, 2025; Inaf, 2024; OECD, 2025; QS, 2025; Times Higher Education, 2025).

Quanto à constituição do corpus bibliográfico, a seleção das obras e estudos foi orientada por critérios de pertinência temática e aderência ao problema de pesquisa, não se caracterizando como revisão sistemática da literatura. O processo compreendeu quatro etapas: (i) identificação de produções relacionadas às categorias centrais do estudo — universidade e qualidade acadêmica, capital cultural e *habitus*, formação discente, performatividade, governança universitária e ensino superior brasileiro; (ii) triagem inicial dos materiais segundo sua relação direta com pelo menos um dos três eixos analíticos da investigação — produtividade e reconhecimento acadêmico, formação discente e ambiente universitário, e governança institucional; (iii) leitura e avaliação da contribuição teórica ou empírica dos textos potencialmente elegíveis; e (iv) seleção final das produções capazes de subsidiar a definição das categorias analíticas, a interpretação dos dados documentais ou a contextualização do ensino superior brasileiro. Como critérios de inclusão, foram considerados a aderência ao objeto de estudo, a relevância teórico-conceitual, a consistência acadêmica ou institucional da fonte e sua contribuição para os eixos definidos. Foram excluídos materiais duplicados, textos sem relação direta com o problema investigado, publicações predominantemente opinativas sem fundamentação acadêmica ou documental e trabalhos cuja contribuição se mostrasse redundante em relação ao corpus já selecionado. Para as obras consideradas referenciais teóricos do estudo, não foi estabelecido recorte temporal, enquanto, para estudos empíricos e

documentos institucionais, foram privilegiadas produções recentes e pertinentes ao período analisado.

A escolha dessas fontes decorre de sua complementaridade analítica. O QS emprega indicadores ligados à reputação acadêmica, reputação entre empregadores, corpo docente, internacionalização e resultados de empregabilidade. O Times Higher Education avalia universidades de pesquisa a partir de dimensões como ensino, ambiente de pesquisa, qualidade da pesquisa, perspectiva internacional e interação com a indústria. O CWUR, por sua vez, enfatiza indicadores objetivos de educação, empregabilidade, corpo docente e pesquisa, sem depender de surveys reputacionais ou de submissões institucionais autorreportadas. Em conjunto, essas bases permitem examinar diferentes concepções de desempenho universitário e reduzir o risco de leitura unilateral do posicionamento institucional (CWUR, 2025; QS, 2025; Times Higher Education, 2025).

No plano educacional mais amplo, a incorporação da OECD e do Inaf permite situar o desempenho universitário em relação às condições formativas da população e às dinâmicas da educação terciária. A edição de 2025 do Education at a Glance dedica atenção especial à educação superior, incluindo escolarização, conclusão, inserção laboral e competências associadas à formação terciária. Já o Inaf mede os níveis de alfabetismo funcional da população brasileira de 15 a 64 anos, oferecendo um referencial relevante para discutir se déficits formativos de base podem repercutir sobre a exigência intelectual e o desempenho acadêmico no ensino superior (Inaf, 2024; OECD, 2025).

Com o objetivo de caracterizar o corpus documental e explicitar a complementaridade entre as fontes selecionadas, o Quadro 1 apresenta as principais bases utilizadas no estudo, suas respectivas escalas de análise, dimensões centrais, potencial analítico e limites interpretativos. Essa sistematização permite evidenciar as especificidades de cada fonte e reforça a opção metodológica pela triangulação documental, evitando que qualquer ranking, indicador educacional ou base institucional seja tomado isoladamente como medida abrangente da qualidade universitária.

Quadro 1 - Caracterização comparativa das fontes e bases utilizadas

Fonte/base	Escala	Dimensões centrais	Potencial analítico no artigo	Limites interpretativos
QS World University Rankings	Global e regional	reputação acadêmica, reputação entre empregadores, corpo docente, internacionalização e empregabilidade	permite observar visibilidade acadêmica, inserção internacional e reconhecimento reputacional	maior sensibilidade a dimensões reputacionais
Times Higher Education	Global e regional	ensino, ambiente de pesquisa, qualidade da pesquisa, perspectiva internacional e interação com a indústria	permite comparar desempenho em pesquisa, internacionalização e articulação com o setor produtivo	reúne dimensões heterogêneas num mesmo índice
CWUR	Global	educação, empregabilidade, corpo docente e pesquisa	reduz dependência de surveys reputacionais e amplia contraste metodológico	menor centralidade no debate público brasileiro sobre rankings
OECD – Education at a Glance	Internacional	escolarização, conclusão, abandono, inserção laboral e formação terciária	situa o desempenho universitário brasileiro em relação a condicionantes estruturais da educação superior	não mede diretamente qualidade universitária institucional
Inaf	Nacional	níveis de alfabetismo funcional da população de 15 a 64 anos	oferece referencial para discutir déficits formativos de base e seus possíveis efeitos sobre o ensino superior	seus resultados não podem ser transpostos mecanicamente para o interior das universidades

Fonte: Elaboração própria com base em QS (2025a), Times Higher Education (2025a), CWUR (2025a), OECD (2025) e Inaf (2024).

Quanto à delimitação temporal, foram consideradas as edições mais recentes disponíveis das bases e dos documentos selecionados no momento da coleta, incluindo rankings universitários publicados em 2025 e 2026, complementados por indicadores educacionais, documentos institucionais e literatura pertinente à compreensão das transformações recentes do ensino superior brasileiro. A análise não foi concebida como uma série histórica homogênea, uma vez que os diferentes sistemas de classificação universitária revisam periodicamente suas metodologias, indicadores, ponderações e cobertura institucional, o que limita comparações diretas entre edições distantes no tempo. Por essa razão, privilegiou-se a comparação entre diferentes sistemas de avaliação e a identificação de evidências convergentes relativas ao posicionamento das universidades brasileiras, às condições formativas da educação superior e aos desafios de governança institucional. Essa opção permite preservar a consistência analítica do estudo sem atribuir aos rankings uma comparabilidade temporal que suas próprias mudanças metodológicas não asseguram integralmente.

A análise foi organizada em três eixos interpretativos: o paradoxo da produtividade; a relação entre formação discente e ambiente acadêmico; e a governança universitária. Em termos de procedimento, os dados foram tratados por comparação documental e análise temática interpretativa. Na dimensão quantitativa, observaram-se variações de posição, estabilidade relativa e critérios metodológicos dos rankings selecionados, bem como indicadores educacionais mais amplos relacionados à educação terciária e ao alfabetismo funcional. Na dimensão qualitativa, realizou-se leitura interpretativa da literatura e dos documentos à luz de categorias como capital cultural, *habitus*, universidade da excelência e governança institucional (Bourdieu, 1989, 2007; Readings, 1997).

Para explicitar o desenho analítico do estudo, o Quadro 2 sintetiza os eixos interpretativos, os problemas analíticos correspondentes, as fontes mobilizadas, as categorias observadas e os procedimentos empregados. Sua função é tornar mais visível a articulação entre corpus documental, categorias teóricas e estratégia de análise.

Quadro 2 – Matriz analítica da pesquisa

Eixo interpretativo	Problema analítico	Fontes mobilizadas	Indicadores/categorias observados	Procedimento analítico
Paradoxo da produtividade	Examinar o descompasso entre protagonismo regional e competitividade global das universidades brasileiras	QS World University Rankings; Times Higher Education; CWUR	posição global e regional, estabilidade relativa, critérios metodológicos, international outlook, reputação e pesquisa	comparação documental/ transversal
Formação discente e ambiente acadêmico	Analisar em que medida fragilidades formativas e dinâmicas do ambiente acadêmico afetam a qualidade universitária	OECD; Inaf; literatura sobre capital cultural e *habitus*	escolarização terciária, abandono, conclusão, alfabetismo funcional, repertórios de entrada, disposições acadêmicas, exigência intelectual	análise temática interpretativa
Governança universitária	Examinar como liderança, estratégia e controle condicionam a capacidade institucional de produzir desempenho acadêmico consistente	TCU; literatura sobre governança universitária	planejamento, monitoramento, coordenação institucional, autonomia, uso de evidências, gestão de riscos, capacidade técnica	análise documental interpretativa

Fonte: Elaboração própria com base no corpus documental e bibliográfico da pesquisa (Bourdieu, 1989, 2007; Brasil, 2020; CWUR, 2025a; Inaf, 2024; OECD, 2025; QS, 2025a; Readings, 1997; Times Higher Education, 2025a).

4 ANÁLISE E RESULTADOS

4.1 O paradoxo da produtividade

O primeiro resultado relevante da análise diz respeito ao que se pode denominar paradoxo da produtividade. Em termos sintéticos, trata-se da coexistência entre, de um lado, a presença expressiva de universidades brasileiras nos principais sistemas regionais de classificação e, de outro, sua dificuldade de converter esse protagonismo em posições globalmente mais competitivas nos rankings internacionais. Esse paradoxo não deve ser lido de forma simplista, como se a produção acadêmica nacional fosse irrelevante; ao contrário, ele indica que a produtividade, isoladamente, não basta para produzir excelência internacional segundo os critérios atualmente utilizados pelos sistemas de avaliação universitária (QS, 2025; Times Higher Education, 2025; CWUR, 2025).

Os dados regionais mostram que o Brasil conserva peso significativo no cenário latino-americano. No Times Higher Education Latin America Rankings 2026, o país ocupa sete das dez primeiras posições, com a Universidade de São Paulo em primeiro lugar e a Universidade Estadual de Campinas em segundo. Na mesma direção, o QS Latin America & The Caribbean 2026 registra o Brasil com quatro instituições entre as dez primeiras. Em outras palavras, o sistema brasileiro preserva centralidade regional e não pode ser descrito adequadamente em termos de irrelevância acadêmica (QS, 2025; Times Higher Education, 2025).

Entretanto, quando a observação se desloca do plano regional para o plano global, o quadro se altera de maneira substantiva. No QS World University Rankings 2026, a melhor instituição brasileira, a Universidade de São Paulo, aparece na 108ª posição; a Unicamp figura no 233º lugar; e a UFRJ, no 317º. Já no Times Higher Education World University Rankings 2026, a Universidade de São Paulo aparece apenas na faixa 201–250. No CWUR 2025, a Universidade de São Paulo ocupa a 118ª posição mundial, seguida por UFRJ e Unicamp em posições mais distantes. O resultado combinado desses sistemas sugere que a liderança regional brasileira não se converte, na mesma intensidade, em inserção estrutural no estrato superior da competição universitária global (CWUR, 2025; QS, 2025; *Times Higher Education*, 2025).

A Tabela 1 organiza comparativamente os principais resultados mencionados no texto para evidenciar o descompasso entre protagonismo regional e inserção global das universidades brasileiras. Seu objetivo é condensar, em uma única visualização, os dados que sustentam o argumento do paradoxo da produtividade.

Tabela 1 – Evidências do paradoxo da produtividade no ensino superior brasileiro

Indicador	Evidência apresentada no artigo	Leitura analítica
Presença regional no THE Latin America Rankings 2026	o Brasil ocupa 7 das 10 primeiras posições; a USP aparece em 1º lugar e a Unicamp em 2º	indica forte centralidade regional
Presença regional no QS Latin America & The Caribbean 2026	o Brasil registra 4 instituições entre as 10 primeiras	confirma protagonismo regional do sistema
Melhor posição brasileira no QS World 2026	USP em 108º lugar	mostra conversão apenas parcial da força regional em centralidade global
Outras posições brasileiras no QS World 2026	Unicamp em 233º; UFRJ em 317º	revela dispersão descendente no plano global
Melhor posição brasileira no THE World 2026	USP na faixa 201–250	indica limitação de inserção no estrato superior global
Melhor posição brasileira no CWUR 2025	USP em 118º lugar mundial, seguida por UFRJ e Unicamp em posições mais distantes	reforça o descompasso entre produtividade e consagração internacional
Componente crítico do desempenho	universidades brasileiras apresentam melhor desempenho em pesquisa e interação com a indústria do que em *international outlook*	sugere dificuldade de conversão do capital acadêmico em circulação e reputação transnacional

Fonte: Elaboração própria com base em QS (2025b, 2025c), Times Higher Education (2025b, 2025c) e CWUR (2025b).

Esse descompasso aparece com maior nitidez quando se observam os componentes internos do desempenho. Em rankings regionais da Times Higher Education, universidades brasileiras apresentam pontuações elevadas em pesquisa e interação com a indústria, mas desempenho relativamente mais modesto em international outlook. Esses dados sugerem que o sistema universitário brasileiro dispõe de capacidade relevante de pesquisa e interação aplicada, mas enfrenta maior dificuldade em converter esse capital acadêmico em circulação internacional, densidade colaborativa global e reputação transnacional sustentada (Times Higher Education, 2025).

Esse quadro precisa, ainda, ser lido à luz de condicionantes estruturais mais amplos. A OECD informa que, no Brasil, a taxa de escolarização terciária entre jovens de 25 a 34 anos é de 24%, contra 49% na média da organização; além disso, 25% dos ingressantes em cursos de bacharelado abandonam o curso no primeiro ano, e apenas 49% concluem a graduação até três anos após o prazo teórico de término, frente a uma média de 70% na OCDE. O mesmo relatório observa que apenas 1% dos brasileiros de 25 a 34 anos possui título de mestrado ou equivalente, ante média de 16% na OCDE (OECD, 2025).

À luz desse conjunto de evidências, o paradoxo da produtividade pode ser interpretado como expressão de uma assimetria entre produção, conversão e consagração. O Brasil mantém

universidades capazes de liderar a América Latina e de sustentar pesquisa relevante em diferentes áreas, mas essa produtividade encontra limites institucionais, formativos e organizacionais quando precisa ser convertida em maior centralidade global. Em termos bourdieusianos, isso significa que a acumulação de capital acadêmico não se transforma automaticamente em capital simbólico internacional; em termos da crítica à performatividade e à mercantilização do ensino superior, significa que indicadores de produção, isoladamente, não resolvem fragilidades de missão, formação e governança (Bourdieu, 1989; Ball, 2004; Sguissardi, 2015).

4.2 Formação discente e ambiente acadêmico

A análise do desempenho universitário brasileiro torna-se incompleta quando restrita a indicadores de produção, reputação ou internacionalização. Entre os fatores que ajudam a explicar a dificuldade de conversão da produtividade em excelência internacionalmente reconhecida, destaca-se a relação entre formação discente de base e ambiente acadêmico. Isso porque a universidade não opera sobre um vazio formativo: ela recebe estudantes oriundos de trajetórias educacionais desiguais e precisa transformar esse material humano em capital intelectual, científico e profissional.

Os dados recentes do Indicador de Alfabetismo Funcional reforçam a relevância desse problema. O Inaf 2024 estima que 29% da população brasileira de 15 a 64 anos se encontra em condição de analfabetismo funcional; além disso, apenas 10% atingem o nível proficiente. Ainda que tais números não possam ser transpostos mecanicamente para o interior das universidades, eles sinalizam limitações persistentes em leitura, interpretação, argumentação e tratamento de informação escrita no conjunto da população que alimenta o ensino superior brasileiro (Inaf, 2024).

A comparação internacional conduzida pela OECD aponta na mesma direção. No Brasil, a taxa de escolarização terciária entre jovens de 25 a 34 anos é de 24%, contra 49% na média da organização. O mesmo perfil informa que 25% dos ingressantes em cursos de bacharelado abandonam o curso no primeiro ano e que apenas 49% concluem a graduação até três anos após o tempo teórico de duração, diante de uma média de 70%. Esses resultados sugerem que o sistema universitário brasileiro enfrenta não apenas desafios de pesquisa e financiamento, mas também dificuldades estruturais de retenção, progressão e consolidação de trajetórias

acadêmicas, o que repercute diretamente sobre a formação de quadros de maior densidade científica e intelectual (OECD, 2025).

Para tornar mais visíveis os condicionantes estruturais da formação discente e da permanência universitária, a Tabela 2 reúne os principais indicadores mencionados na análise, com destaque para alfabetismo funcional, escolarização terciária, abandono e conclusão. A sistematização desses dados permite reforçar o argumento de que a qualidade universitária depende também das condições formativas de entrada e de progressão no sistema.

Tabela 2 – Indicadores estruturais de formação e permanência no ensino superior brasileiro

Indicador	Brasil	Referência comparativa	Implicação analítica
Analfabetismo funcional (15–64 anos)	29%	—	sinaliza fragilidades persistentes em leitura, interpretação e argumentação
Nível proficiente de alfabetismo	10%	—	indica base restrita de domínio de práticas intelectuais mais complexas
Escolarização terciária (25–34 anos)	24%	49% na OCDE	revela menor densidade de formação superior em comparação internacional
Abandono no primeiro ano do bacharelado	25%	—	aponta dificuldade de retenção e adaptação acadêmica
Conclusão até 3 anos após o tempo teórico	49%	70% na OCDE	evidencia baixa consolidação de trajetórias acadêmicas
População de 25–34 anos com mestrado ou equivalente	1%	16% na OCDE	sugere fragilidade na formação avançada e na reprodução de quadros de alta densidade científica

Fonte: Elaboração própria com base em Inaf (2024) e OECD (2025).

Do ponto de vista teórico, esse cenário pode ser interpretado com auxílio das categorias de capital cultural e *habitus*. Em sociedades marcadas por forte desigualdade educacional, o acesso formal à universidade não elimina automaticamente as assimetrias de repertório linguístico, familiaridade com códigos acadêmicos, disposições para o estudo prolongado e domínio de práticas intelectuais legitimadas no campo universitário. Em termos bourdieusianos, a permanência e o sucesso acadêmico dependem, em parte, da capacidade de conversão de capitais previamente desiguais em desempenho escolar e científico reconhecido (Bourdieu, 2007; Bourdieu, 1989).

Esse quadro não se reduz, porém, à formação de base. Ele também envolve o ambiente acadêmico propriamente dito. Parte da literatura contemporânea tem argumentado que determinados climas universitários podem reduzir a tolerância ao dissenso, intensificar a evitação de controvérsias e enfraquecer disposições ligadas à resiliência intelectual. Ainda que esse diagnóstico tenha sido formulado a partir do contexto norte-americano e não possa ser transplantado automaticamente para o caso brasileiro, ele oferece uma hipótese analítica

relevante: ambientes que desestimulam enfrentamento argumentativo, exposição ao dissenso e disputa racional de ideias tendem a comprometer uma das funções centrais da universidade, a saber, a formação para o julgamento crítico e para a controvérsia intelectualmente disciplinada (Lukianoff; Haidt, 2018).

À luz dessas evidências, a relação entre formação discente e ambiente acadêmico deve ser entendida como um dos núcleos explicativos da erosão qualitativa do ensino superior brasileiro. Não se trata de responsabilizar exclusivamente os estudantes nem de reduzir o problema a *déficits* individuais, mas de reconhecer que qualidade universitária depende da articulação entre repertórios de entrada, culturas institucionais de estudo, padrões de exigência e condições de permanência. Sem isso, o sistema tende a manter o paradoxo já identificado: liderança relativa no plano regional, porém com dificuldade de converter sua massa institucional em excelência global consistente (Inaf, 2024; OECD, 2025).

4.3 Governança e racionalidade institucional

O terceiro eixo explicativo do problema investigado reside na governança universitária. Neste artigo, governança não é tomada como sinônimo de rotina administrativa ou de mera conformidade procedimental. Em chave mais precisa, trata-se do conjunto de mecanismos por meio dos quais a instituição é orientada, monitorada e controlada em direção a seus objetivos públicos. No referencial do Tribunal de Contas da União, a governança pública organizacional compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle, postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade (Brasil, 2020).

No caso brasileiro, a discussão sobre governança universitária precisa partir de uma tensão constitutiva: a coexistência entre autonomia institucional e forte dependência de coordenação externa, sobretudo no plano orçamentário. A autonomia universitária possui fundamento constitucional, estando associada às dimensões didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (Brasil, 1988). Contudo, autonomia formal não se confunde com capacidade efetiva de planejamento de longo prazo. Quando não há articulação consistente entre missão institucional, financiamento, prioridades acadêmicas e gestão de riscos, a autonomia tende a operar de forma fragmentada, com baixa capacidade de coordenação estratégica.

Essa fragilidade aparece com clareza no plano orçamentário. Em auditoria sobre 110 instituições federais de ensino, o TCU concluiu que universidades e institutos federais exercem pouca influência na formulação dos orçamentos anuais, uma vez que os limites financeiros são definidos em cadeia pelo centro governamental e posteriormente ajustados às instituições. O mesmo relatório registrou oportunidades de melhoria na articulação entre MEC e IFES para o alcance de objetivos e metas comuns, além de grande variação na distribuição de recursos oriundos de emendas parlamentares entre as instituições analisadas (Brasil, 2024).

O problema não se restringe ao orçamento geral e reaparece em áreas críticas para a competitividade acadêmica contemporânea, como a infraestrutura digital. Em fiscalização publicada em 2026, o TCU informou que houve melhora em aspectos de governança e planejamento de tecnologia da informação nas universidades federais, com criação de comitês de governança digital e maior alinhamento dos planos de TI às diretrizes governamentais. Ao mesmo tempo, o Tribunal apontou entraves persistentes, como falta de pessoal especializado, dificuldade de retenção de profissionais qualificados e alocação inadequada de técnicos em funções alheias à sua área de formação (Brasil, 2026).

A literatura recente sobre o tema reforça essa interpretação. Em estudo com 56 universidades federais brasileiras, Machado e Quiraque (2023) encontraram relação positiva entre o nível de governança e a geração de valor público, mensurada por eficiência institucional, concluindo pela importância do fortalecimento dos mecanismos de governança nas instituições públicas de ensino superior. Em paralelo, o panorama bibliográfico elaborado por Gesser et al. (2021) mostra que a governança universitária se consolidou como agenda relevante de investigação nas instituições de educação superior brasileiras.

À luz dessas evidências, a governança universitária pode ser interpretada como uma mediação decisiva entre potencial acadêmico e desempenho institucional. O problema central não está em opor autonomia e coordenação, como se fossem termos incompatíveis, mas em reconhecer que sistemas universitários complexos exigem autonomia acompanhada de estratégia, accountability, gestão de riscos, capacidade técnica e mecanismos de monitoramento. Quando essa mediação é frágil, a universidade tende a operar em regime reativo e encontra dificuldade para sustentar prioridades acadêmicas de longo prazo (Brasil, 2020; Brasil, 2024).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste artigo permite sustentar que a crise contemporânea do ensino superior brasileiro não pode ser explicada por uma variável isolada. Os resultados apontam para a atuação simultânea de, ao menos, três conjuntos de fatores: a conversão desigual da produtividade em reconhecimento internacional, as fragilidades formativas que acompanham parte expressiva do público que chega ao ensino superior e os limites de governança que comprometem continuidade estratégica, coordenação institucional e capacidade de transformação de recursos em desempenho acadêmico consistente.

No primeiro eixo, verificou-se que o sistema universitário brasileiro mantém peso relevante no espaço latino-americano, mas enfrenta dificuldades persistentes para converter essa presença em maior competitividade global. No segundo, demonstrou-se que a qualidade universitária depende também da densidade formativa do público que ingressa no sistema e das culturas acadêmicas que estruturam a experiência universitária. No terceiro, argumentou-se que a governança universitária constitui mediação decisiva entre potencial acadêmico e desempenho institucional.

Como síntese dos resultados, o Quadro 3 reúne as três dimensões centrais do argumento — produtividade e reconhecimento, formação discente e governança —, indicando suas evidências principais, mecanismos explicativos e efeitos sobre a qualidade universitária. O objetivo é condensar a contribuição interpretativa do artigo em uma formulação integrada e visualmente clara.

Quadro 3 – Síntese interpretativa dos fatores associados à erosão qualitativa

Dimensão	Evidência central	Mecanismo explicativo	Efeito sobre a qualidade universitária
Produtividade e reconhecimento	liderança regional com conversão global limitada	produção e pesquisa relevantes não se convertem automaticamente em capital simbólico internacional	competitividade global restrita
Formação discente e ambiente acadêmico	déficits formativos de base, retenção frágil e tensões no ambiente acadêmico	desigualdades de repertório, permanência difícil e menor densidade de socialização acadêmica	formação intelectual menos substancial
Governança universitária	limites de coordenação, planejamento, monitoramento e capacidade técnica	autonomia fragmentada, baixa continuidade estratégica e uso insuficiente de evidências	menor capacidade institucional de transformar recursos em desempenho
Resultado combinado	atuação simultânea de fatores acadêmicos, formativos e organizacionais	interação entre produtividade, formação e governança	erosão qualitativa multicausal

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa (Brasil, 2020, 2024, 2026; Inaf, 2024; OECD, 2025; QS, 2025b, 2025c; Times Higher Education, 2025b, 2025c; CWUR, 2025b).

Dessa forma, a contribuição central deste artigo está em propor uma leitura integrada da erosão qualitativa do ensino superior brasileiro. O problema não deve ser formulado como simples queda ou fracasso da universidade nacional, tampouco como mera insuficiência de recursos. Mais adequadamente, trata-se de reconhecer que o sistema combina força regional, produtividade relevante e capacidade científica instalada, mas enfrenta obstáculos persistentes para transformar esse patrimônio em inserção global mais consistente, formação intelectual mais densa e coordenação institucional mais eficaz.

Do ponto de vista prático, os resultados sugerem que políticas de melhoria do ensino superior brasileiro exigem atuação simultânea em pelo menos três frentes: fortalecimento da formação de base e da permanência qualificada, promoção de ambientes acadêmicos intelectualmente exigentes e pluralistas e aperfeiçoamento da governança institucional, especialmente em planejamento, monitoramento, uso de evidências e priorização estratégica. Em trabalhos futuros, essa agenda pode ser aprofundada por meio de estudos comparativos entre universidades, análises por área de conhecimento e investigação mais fina dos mecanismos internos de governança acadêmica e científica.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. Performatividade, privatização e o pós-Estado do Bem-Estar. Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 89, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção*: crítica social do julgamento. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. Porto Alegre: Zouk; São Paulo: Edusp, 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Referencial básico de governança organizacional: aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU. 3. ed. Brasília, DF: TCU, 2020.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. TCU avalia gestão de 110 universidades e institutos federais. Brasília, DF: TCU, 2024. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-avalia-gestao-de-110-universidades-e-institutos-federais.htm. Acesso em: 25 mar. 2026.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Tribunal avalia governança em TI nas universidades federais. Brasília, DF: TCU, 2026. Disponível em:

https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tribunal-avalia-governanca-em-ti-nas-universidades-federais.htm. Acesso em: 25 mar. 2026.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CENTER FOR WORLD UNIVERSITY RANKINGS. Methodology. [S. l.]: CWUR, 2025. Disponível em: https://cwur.org/methodology/world-university-rankings.php. Acesso em: 25 mar. 2026.

GESSER, Graziele Alano et al. Governança universitária: um panorama dos estudos científicos desenvolvidos sobre a governança em instituições de educação superior brasileiras. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, SP, v. 26, p. 5-23, 2021.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
INDICADOR DE ALFABETISMO FUNCIONAL. Inaf Brasil 2024: resultados preliminares. [S. l.]: Inaf, 2024. Disponível em: https://alfabetismofuncional.org.br/2024_Relatorio_Inaf_DIGITAL.pdf. Acesso em: 25 mar. 2026.

LUKIANOFF, Greg; HAIDT, Jonathan. The coddling of the American mind: how good intentions and bad ideas are setting up a generation for failure. New York: Penguin Press, 2018.

MACHADO, Daiane Pias; QUIRAQUE, Elcídio Henriques. Maturidade de governança e criação de valor público em instituições públicas de ensino superior: o caso das universidades brasileiras. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, SP, v. 28, e023002, 2023. DOI: 10.1590/S1414-40772023000100002. Disponível em: https://submission.scielo.br/index.php/aval/article/view/261964. Acesso em: 25 mar. 2026.

OECD. Education at a Glance 2025: OECD indicators. Paris: OECD Publishing, 2025. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/education-at-a-glance-2025_1c0d9c79-en.html. Acesso em: 25 mar. 2026.

QS QUACQUARELLI SYMONDS. QS World University Rankings 2026: methodology. [S. l.]: QS, 2025. Disponível em: https://www.topuniversities.com/world-university-rankings/methodology. Acesso em: 25 mar. 2026.

READINGS, Bill. The University in Ruins. Cambridge: Harvard University Press, 1997. Disponível em: https://uchile.cl/dam/jcr:6bb0e38f-c349-43d5-92d4-7a358e025af5/Readings%20Bill%20University%20in%20Ruins.pdf. Acesso em 26 fev. 2026.

SCHWARTZMAN, Simon. Pesquisa e pós-graduação no Brasil: duas faces da mesma moeda? Estudos Avançados, São Paulo, v. 36, n. 104, p. 227-254, 2022. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/194964. Acesso em: 25 mar. 2026.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil? Educação & Sociedade, Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, 2015.

TIMES HIGHER EDUCATION. World University Rankings 2026: methodology. London: THE, 2025. Disponível em: https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/methodology. Acesso em: 25 mar. 2026.

APÊNDICE 1 – INFORMAÇÕES SOBRE O MANUSCRITO

AGRADECIMENTOS
Não se aplica.

FINANCIAMENTO
Não houve financiamento específico para a elaboração deste manuscrito.

CONFLITOS DE INTERESSE
Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse de ordem pessoal, comercial, acadêmica, política e financeira referente a este manuscrito.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA
Os dados utilizados são públicos e podem ser acessados nas bases e documentos institucionais citados nas referências.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM
Não se aplica.

DIREITOS AUTORAIS
Os direitos autorais são mantidos pelos autores, os quais concedem à Revista Comunicação Universitária - os direitos exclusivos de primeira publicação. Os autores não serão remunerados pela publicação de trabalhos neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicado neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico. Os editores da Revista têm o direito de realizar ajustes textuais e de adequação às normas da publicação.

OPEN ACCESS
Este manuscrito é de acesso aberto (*Open Access*) e sem cobrança de taxas de submissão ou processamento de artigos dos autores (*Article Processing Charges – APCs*).. O acesso aberto é um amplo movimento internacional que busca conceder acesso online gratuito e aberto a informações acadêmicas, como publicações e dados. Uma publicação é definida como 'acesso aberto' quando não existem barreiras financeiras, legais ou técnicas para acessá-la - ou seja, quando qualquer pessoa pode ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou usá-la na educação ou de qualquer outra forma dentro dos acordos legais.

LICENÇA DE USO
Licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.

VERIFICAÇÃO DE SIMILARIDADE
Este manuscrito foi submetido a uma verificação de similaridade utilizando o *software* de detecção de texto iThenticate da Turnitin, através do serviço *Similarity Check* da Crossref.

PUBLISHER
Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE). Publicação no Portal de Periódicos da Universidade do Estado do Pará. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da referida universidade.

HISTÓRICO
Submetido: 01 de abril de 2026.
Aprovado: 13 de novembro de 2026.
Publicado: 17 de novembro de 2026.